

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.745 - RJ (2019/0358797-2)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
SUSCITANTE : **ALUTECH ALUMINIO TECNOLOGIA LTDA**
ADVOGADOS : **ENRIQUE FONSECA REIS - MG090724**
CARLOS EDUARDO DE TOLEDO BLAKE - SP304091
ELCIO FONSECA REIS E OUTRO(S) - SP304784
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DE DUQUE DE CAXIAS - RJ**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE SANTOS - SP**
INTERES. : **HAPAG-LLOYD AG E OUTROS**
ADVOGADOS : **BAUDILIO GONZALEZ REGUEIRA - SP139684**
CAMILA AGUIAR GONZALEZ - SP338114
ALINE GUIZARDI PEREZ - SP345685

DECISÃO

1. Trata-se de conflito de competência suscitado por ALUTECH ALUMINIO TECNOLOGIA LTDA, em que aponta como suscitados o Juízo de Direito da 5ª Vara Cível de Duque de Caxias - RJ, responsável pela recuperação judicial da suscitante e o Juízo da 4ª Vara Cível de Santos - SP, perante o qual tramita cumprimento de sentença em desfavor da suscitante (processo nº 0020763-24.2019.8.26.0562).

Afirma que teve deferido o processamento da recuperação judicial (fls. 297-298), cujo plano foi devidamente homologado.

Todavia, o Juízo da 4ª Vara Cível de Santos - SP realizou atos constritivos ao patrimônio da suscitante sob a justificativa que o crédito executado não se submete à recuperação judicial, possuindo natureza extraconcursal, bem como o transcurso do prazo de 180 dias (fls. 472-474), *in verbis*:

Em continuação, rejeito o pedido de prevalência do procedimento de recuperação judicial, seja porque o crédito aqui executado foi constituído após a recuperação judicial, a afastar a vinculação, como reconhecido pela própria executada (fls. 26), seja porque há muito decorrido o prazo legal de suspensão das execuções. No mais, caso haja ordem do Juízo de Recuperação Judicial no sentido da essencialidade do valor bloqueado, será viável eventual remessa do bloqueio para aquele feito, mas inviável suspender a execução de valor alheio à recuperação judicial, e muito após o prazo legal de suspensão.

Ante o exposto, REJEITO a impugnação apresentada.

Nesse sentido, requereu a "concessão da Tutela Antecipada de Urgência, nos moldes do artigo 300 do Código de Processo Civil, revogando a ordem de bloqueio de valores, determinada no processo número 0020763- 24.2019.8.26.0562, até que haja uma solução definitiva deste Conflito de Competência" (fl. 12).

É o relatório.

2. Com efeito, verifica-se a presença da probabilidade do direito e do perigo

ao resultado útil do processo.

Com efeito, jurisprudência desta Corte de Justiça firmou-se no sentido de que os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 ou da Lei n. 11.101/05, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio das citadas empresas, devem ser realizados pelo juízo universal.

Nessa linha, via de regra, não se verifica a possibilidade de prosseguimento automático das execuções individuais posteriormente ao processamento e, por conseguinte, à aprovação do plano de recuperação judicial, de modo que é atribuída exclusividade ao juízo universal onde se processa a recuperação para a prática de atos de execução do patrimônio da sociedade recuperanda.

A razão de ser da supremacia dessa regra de competência é a concentração, no juízo da recuperação judicial, de todas as decisões que envolvam o patrimônio da recuperanda, a fim de não comprometer a tentativa de mantê-la em funcionamento.

Outrossim, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, **o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizada pelo Juízo da recuperação judicial**, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação dos bens da empresa recuperanda.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes da Segunda Seção:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CÉDULA DE PRODUTO RURAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA. JUÍZO ACERCA DA ESSENCIALIDADE DO BEM PARA A ATIVIDADE EMPRESARIAL.

1. Há absoluta convergência, entre doutrina e jurisprudência, que, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizado pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação do patrimônio da recuperanda, o que tem o condão, inclusive, de impedir a retirada de bens essenciais, ainda que garantidos por alienação fiduciária, da posse da sociedade em recuperação (art. 49, § 3º, da LRF).

2. É inviável, na estreita sede do conflito de competência, a deliberação acerca da natureza extraconcursal do crédito, o que é da estrita competência do Juízo da recuperação, a partir daí cabendo, se for o caso, os recursos pertinentes.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara Cível de Sertãozinho/PR.

(CC 153.473/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/05/2018, DJe 26/06/2018)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. Após o deferimento da recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa recuperanda.

2. Nesses casos, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 147.032/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/09/2017, DJe 19/09/2017)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. TERMO LEGAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. BEM IMÓVEL PRACEADO PELO JUÍZO TRABALHISTA. DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. PRODUTO ARRECADADO PELO JUÍZO TRABALHISTA SEM REMESSA AO JUÍZO FALIMENTAR. NECESSIDADE. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. Trata-se de conflito de competência suscitado por empresa submetida ao processo de falência, que teve seu bem imóvel praceado pelo Juízo Trabalhista.

2. A jurisprudência do STJ tem entendimento firmado no sentido de que os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas em falência ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo Juízo Universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/05. Precedentes.

3. O valor arrecadado com o praceamento do bem da falida no Juízo Trabalhista deve ser remetido ao Juízo falimentar, a quem compete a administração dos bens daquela, bem como o pagamento dos débitos por ela contraídos e apurados no âmbito do processo de falência.

4. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo Falimentar.

(CC 146.657/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇA TRABALHISTA E JUÍZO FALIMENTAR - EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA - DEPÓSITO RECURSAL - LEVANTAMENTO - POSSÍVEL PREJUÍZO AOS DEMAIS CREDORES HABILITADOS - CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO R. JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA.

1. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar,

inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência.

2. Por essa razão, após a quebra, é inviável o prosseguimento de atos de expropriação patrimonial em reclamações trabalhistas movidas contra a falida perante a Justiça do Trabalho.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo falimentar." (CC n. 101.477/SP, Relator Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/12/2009, DJe 12/5/2010).

3. No caso, a suscitante teve deferido o processamento da recuperação judicial (fls. 297-298), cujo plano foi devidamente homologado.

Contudo, o Juízo da 4ª Vara Cível de Santos - SP, nos autos do cumprimento de sentença da ação de cobrança nº 0020763-24.2019.8.26.0562, realizou atos constritivos ao patrimônio da suscitante sob a justificativa crédito executado não se submete à recuperação judicial, possuindo natureza extraconcursal, bem como o transcurso do prazo de 180 dias.

Neste sentido, configurada situação tendente à redução do patrimônio da empresa suscitante, há necessidade do controle, pelo Juízo da recuperação, a fim de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, na linha da jurisprudência desta Corte.

4. Ante o exposto, concedo a liminar para suspender o trâmite da referida execução até o julgamento deste conflito e, por conseguinte, para obstar eventuais atos de constrição do patrimônio da suscitante; e para designar o Juízo da recuperação como competente para resolução de medidas de caráter urgente, inclusive para deliberar sobre os valores constritos de titularidade da recuperanda.

Oficiem-se aos juízos suscitados, com urgência, comunicando e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator